

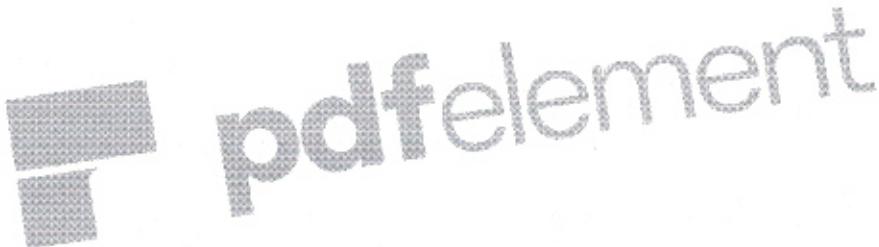


**PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO  
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 102/2020**

---

**PARECER JURÍDICO PRÉVIO Nº 141/2020**

**PARECER JURÍDICO PRÉVIO À  
EMENDA ADITIVA Nº 29/2020.**



**1) RELATÓRIO**

Foi encaminhado à esta Procuradoria, a Emenda Aditiva nº 29/2020, de autoria do Vereador Luiz Castilho, ao Projeto de Lei Complementar nº 006/2019, que por força do § 1º do art. 241 do Regimento Interno desta Casa, será analisada juridicamente por intermédio do presente Parecer Prévio.

É o breve relatório.



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO  
PARECER JURÍDICO INTERNO N° 102/2020

## 2) FUNDAMENTAÇÃO

Importa mencionar em princípio, que a fase de Parecer Prévio implica o recebimento regular da Proposição, aferida pela Diretoria Legislativa com base nos critérios estabelecidos no art. 196 do Regimento Interno, inclusive com relação ao acompanhamento obrigatório de cópia digitalizada, inclusive dos anexos, quando for o caso.

A apresentação de emendas, encarada pelo Profº Manoel Gonçalves Ferreira Filho, *"como uma iniciativa acessória ou secundária, segundo o direito positivo brasileiro é a proposta de direito novo já proposto, sendo reservado aos membros do Poder Legislativo o poder de emendar"* (*Do Processo Legislativo. São Paulo: Saraiva. 3. ed., 1995.*)

Por ser o Legislativo o veiculador da vontade popular, a ele é conferido como função típica e exclusiva, o poder de emendas aos projetos cuja iniciativa seja ou não de sua competência. É o Texto Constitucional da República que assegura o poder de emenda, ao mesmo tempo que o limita em determinadas hipóteses, nos termos do art. 63. Há de se ressaltar que a presente emenda não se encontra nas proibições postas no citado artigo, desse modo não há falar vício formal na emenda proposta.

Por ser elucidativo cita-se abaixo um julgado do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria emendas parlamentares:

O poder de emendar – que não constitui derivação do poder de iniciar o processo de formação das leis – qualifica-se como prerrogativa deferida aos parlamentares, que se sujeitam, no entanto, quanto ao seu exercício, às restrições impostas, em *numerus clausus*, pela CF.



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO  
**PARECER JURÍDICO INTERNO N° 102/2020**

A CF de 1988, prestigiando o exercício da função parlamentar, afastou muitas das restrições que incidiam, especificamente, no regime constitucional anterior, sobre o poder de emenda reconhecido aos membros do Legislativo. O legislador constituinte, ao assim proceder, certamente pretendeu repudiar a concepção regalista de Estado (RTJ 32/143 – RTJ 33/107 – RTJ 34/6 – RTJ 40/348), que suprimiria, caso ainda prevalecesse, o poder de emenda dos membros do Legislativo. Revela-se plenamente legítimo, desse modo, o exercício do poder de emenda pelos parlamentares, mesmo quando se tratar de projetos de lei sujeitos à reserva de iniciativa de outros órgãos e Poderes do Estado, incidindo, no entanto, sobre essa prerrogativa parlamentar – que é inerente à atividade legislativa –, as restrições decorrentes do próprio texto constitucional (CF, art. 63, I e II), bem assim aquela fundada na exigência de que as emendas de iniciativa parlamentar sempre guardem relação de pertinência ("afinidade lógica") com o objeto da proposição legislativa.

**[ADI 2.681 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 11-9-2002, P, DJE de 25-10-2013.]**

O direito de emendar constitui parte fundamental do poder de legislar; sem ele o Legislativo se reduziria a um simples ratificador da vontade do titular da iniciativa ou em simples votante.

A proposição em análise visa adicionar o §12 ao Art. 20 do PLC 006/2019, nos seguintes termos:

§12. Enquanto viger as disposições do parágrafo 9º deste artigo, o Fisco informará ao contribuinte o quanto de imposto pagaria sem o desconto, o valor do desconto a cada ano até o final dos 5 (cinco) anos, bem como o ano em que o imposto será cobrado na sua integralidade.



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO  
PARECER JURÍDICO INTERNO N° 102/2020

Verifica-se que no texto proposto pela emenda visa homenagear o princípio da publicidade, de modo que tal medida não atenta contra o ordenamento jurídico posto.

Assim, do ponto de vista formal e material entende-se que a Emenda é legal e constitucional, pois não vai de encontro ao ordenamento jurídico pátrio.

3) CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto esta Procuradoria Especializada de Assessoramento Legislativo, **entende, conclui e opina pela legalidade e constitucionalidade**, a Emenda Aditiva nº 29/2020, de autoria Parlamentar, ao Projeto de Lei Complementar nº 006/2019.

É o parecer, smj da autoridade superior.

Parauapebas/PA, 16 de setembro de 2020.

Cícero Carlos Costa Barros

Procurador Legislativo  
Mat. 562323

Dr. Jardison James Gomes da S. e Silva  
Procurador Geral Legislativo  
Portaria nº 135/2020

AC  
OAB  
G3

Signature digital:AC OAB  
G3  
DN:CN=CICERO  
CARLOS COSTA  
BARROS,  
OU=ADVOGADO,  
OU=Assinatura Tipo A3,  
OU=Autenticado por AR  
CertSign OAB, O=ICP-  
Brasil, C=BR  
Data:20/09/16  
08:12:04 -03:00